

El autor identifica tres fases en este proceso, en las que cada una refuerza la anterior mientras añade nuevos elementos. Una primera, a fines del siglo XIX y comienzos de éste, durante la cual la enseñanza manual fue promovida principalmente como una reforma pedagógica con importantes improntas de corrección moral. En la segunda, la formación para el trabajo se engarzó con la expansión industrial, lo que la convirtió en el componente principal del curriculum norteamericano, a la vez que aportó a su bifurcación por clases, etnias y géneros. Finalmente, durante los 30, la formación para el trabajo como finalidad educativa logró eclipsar otras finalidades presentes y volverse su razón de existencia.

Luego de un detenido análisis, Kliebard concluye que, contrariamente a su prédica, la formación vocacional no ha sido la clave de la solución de los problemas económicos estructurales de la sociedad. Su premisa básica – escolarizar la formación de la fuerza de trabajo, lo que implica que está se realice separada del espacio laboral real – se ha demostrado insuficiente. El autor demuestra que la expansión la económica de EE UU. no se apoyó en un sistema educativo estructurado según los inequívocos mandatos de la industria, sino que, por el contrario, sus capacidades para ser útil económicamente fueron reiteradamente criticadas, y sus prácticas ubicadas en espacios marginales del sistema. Pero, interesantemente, lo que le importa al autor no es ver por qué falló, sino analizar por qué sus ideas han logrado tanto apoyo a lo largo del tiempo. En sus términos, su propósito es explicar «el triunfo simbólico del vocacionalismo» (p. 228). Para responder a esto, Kliebard vuelve a Dewey – pedagogo con el que comparte buena parte de sus ideas, como lo evidencia toda su trayectoria – y critica las bases del vocacionalismo desde la matriz pragmatista: escisión entre la actividad intelectual y manual, comprensión reducida del trabajo y la acción, separación entre presente y futuro y, sobre todo una concepción educativa que la limita a la adaptación y no a la construcción social. Esto lo lleva a calificar a los vocacionalistas de reformadores pedagógicos que desafiaron las prácticas escolares previas y lucharon para cambiarlas, pero desde una perspectiva de reforma social y cultural limitada al establecimiento del orden, la eficiencia y la productividad.

Los méritos de este trabajo son muchos. En primer lugar, como en el resto de la obra del autor, se presenta una enorme diversidad y cantidad de fuentes consultadas – documentos oficiales, notas periodísticas, evaluaciones de experiencias, etc. – que avalan lo sostenido. En segundo lugar, abona las actuales líneas de análisis de la relación entre educación y trabajo que quitan peso a su vinculación con lo meramente económico – lo que implica comprenderla exclusivamente como instancia de formación de fuerza de

trabajo – para inscribirla en el registro simbólico, poniendo en evidencia sus relaciones con otras cuestiones culturales y sociales como dimensiones insoslayables para su comprensión.

Más allá de la poca prédica que tuvieron en nuestro país tanto el vocacionalismo y el pragmatismo, esta obra es un importante aporte para la comprensión de nuestra historia de la educación. Si duda, como lo evidencian una buena cantidad de trabajos, los proyectos de articular educación y producción levantaron tremendas disputas, que se encuentran presentes en los actuales debates. Revisarlos en las claves que presenta el autor – «tradiciones curriculares», articulaciones sociales, culturales y políticas, estudios de casos específicos, etc. – puede aportar nuevas luces que iluminen las tramas en las cuales se produjeron estos proyectos y peleas. Y junto esto, permite desmitificar la comprensión que se hace de los sistemas educativos de otros países – en especial los centrales – como modelos ideales a seguir.

PABLO PINEAU
Luján (Argentina)

LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia Greive (orgs.)
500 anos de educação no Brasil
Autêntica, Belo Horizonte, Brasil, 2000, 606 págs., 2ª ed.

O livro em referência, lançado ao ensejo das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil pelos portugueses, agora em 2ª edição onde são corrigidos os problemas ocorridos na editoração dos originais, apresenta um amplo painel da produção historiográfica sobre educação cobrindo um largo leque de temas e contemplando, de um modo ou de outro, os vários períodos atravessados pela educação na história do Brasil.

A obra é constituída por vinte e quatro textos. O primeiro, *A civilização pela palavra* (p.19-41), de João Adolfo Hansen tem, de fato, caráter inaugural pois traça o quadro em que a Igreja se associou à Monarquia para, através da palavra, implantar na nova terra a civilização dos que dela se apossavam. Em oposição à Reforma protestante materializada na tese luterana da *sola scriptura* para a qual a doutrina, em sua pureza original, derivava dos textos originais hebraicos e gregos, «a Igreja católica conciliar e pós-tridentina fez a defesa intransigentemente tradicionalista da transmissão oral das duas fontes da Revelação, a tradição e as Escrituras» (p.21). Nesse processo

desempenharam papel central os jesuítas não sendo, pois, por acaso que o sistema pedagógico expresso no *ratio studiorum* tenha como elemento central a retórica. Com efeito, «a civilização pela palavra correspondia, no caso, à divulgação católica da Retórica antiga em duas frentes: de um lado, o ensino específico das técnicas e, ainda, das artes e das letras em geral, segundo o modelo generalizado da Retórica aristotélica e das suas versões latinas, nos colégios jesuítas; de outro, o uso particular de seus preceitos, estilos e erudição pelos pregadores nas variadíssimas circunstâncias do magistério da fé» (p. 30-1).

O período colonial é ainda contemplado nos dois textos seguintes, *Educação jesuítica no Brasil colonial* (p. 43-59), de José Maria de Paiva e *O seminário de Olinda* (p. 61-78), de Gilberto Luiz Alves dando conta, assim, das duas tendências pedagógicas que predominaram no referido período: a pedagogia jesuítica, que perdurou de 1549 a 1759, e a orientação pombalina que prevaleceu desde a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, até praticamente o momento da independência. A escolha do seminário de Olinda para tratar da fase pombalina me parece acertada porque, efetivamente, foi nessa instituição que se expressou, de forma mais acabada, o significado e as potencialidades do iluminismo português à base do qual foram formuladas as reformas pombalinas da instrução pública.

Os níveis, por assim dizer, clássicos, da organização dos sistemas de ensino são contemplados explicitamente nos textos de Moysés Kuhlmann Júnior, *Educando a infância brasileira* (p.469-496), Luciano Mendes de Faria Filho, *Instrução elementar no século XIX* (p. 135-150), Heloísa de O. S. Villela, *O mestre-escola e a professora* (p. 95-134), Denice Bárbara Catani, *Estudos de história da profissão docente* (p. 585-599), Jailson Alves dos Santos, *A trajetória da educação profissional* (p. 205-224) e Luiz Antônio Cunha, *Ensino superior e universidade no Brasil* (p.151-204) os quais tratam, respectivamente, da educação infantil, do ensino fundamental, da formação de professores, da profissão docente, da educação profissional e do ensino superior. Embora o ensino secundário não conte com um texto específico, ele não deixa de estar presente, ainda que de forma indireta, em diversos momentos do livro, seja em textos que tratam das concepções pedagógicas, seja naqueles que se debruçam sobre as reformas do ensino.

Moysés Kuhlmann Jr. analisa a trajetória da educação infantil a partir do século XIX com o surgimento e a lenta propagação das instituições até a expansão mais recente quando a educação das crianças de zero a seis anos passa a receber um tratamento especificamente pedagógico transferindo-se dos órgãos públicos situados no âmbito da assistência social para as secretarias de educação. Essa tendência é finalmente consagrada com a aprovação,

em 1996, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da qual a educação infantil passa a integrar formalmente o sistema educacional, ficando prioritariamente sob a responsabilidade dos municípios.

Luciano Mendes de Faria Filho trata do ensino elementar no século XIX em três momentos: das escolas de primeiras letras aos sistemas de ensino primário; do método mútuo ao método intuitivo; e do espaço da fazenda ao grupo escolar.

Em *O mestre-escola e a professora*, Heloísa Villela analisa o desenvolvimento do magistério primário no século XIX passando, pela mediação do controle do Estado, do mestre-escola à professora e do professor individual quase-doméstico ao professor escolar como profissional reconhecido e legitimado pela formação na Escola Normal. Mostra como era a formação nas escolas normais e traça a sua evolução no Brasil tomando como referência a primeira delas, fundada em Niterói na província do Rio de Janeiro, em 1835; aborda os saberes pedagógicos que nelas prevaleciam, as reformas por que passaram e a sua relação com o processo de feminização do magistério. Em contraponto com as escolas normais examina aquilo que considera «a outra face da formação do professor», representada pelos concursos e pelos mecanismos de vigilância e punição fixados através de regulamentos com os quais se procurava controlar a conduta moral dos professores.

Complementa essa temática o texto de Denice Bárbara Catani que, a partir do levantamento de um conjunto de estudos sobre a história da profissão docente, põe em evidência as questões da organização, institucionalização e remuneração dos professores assim como suas relações com os órgãos de controle (inspeção) e com os saberes pedagógicos destacando também a importância da produção e divulgação dos saberes especialmente através das revistas pedagógicas.

Dando sequência à abordagem dos níveis que integram o sistema de ensino, o texto de Jailson Alves dos Santos traça a trajetória do ensino profissional desde o preconceito contra o trabalho manual ligado à escravidão que marcou também as corporações de ofício, passando pelas sociedades criadas no século XIX tendo como fim precípua a instituição dos Liceus de Artes e Ofícios. Adentrando-se no século XX registra a criação, em 1909, das escolas de aprendizes e artífices por iniciativa do então presidente da República Nilo Peçanha e, na década de 1940, a criação do ensino técnico paralelamente ao SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) instituídos por Gustavo Capanema, ministro da educação do Estado Novo. A análise prossegue abordando a reforma promulgada através da Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, que determinou a implantação universal e compulsória da profissionalização no ensino de segundo grau,

correspondente ao último ciclo do ensino médio. Finalmente o texto trata das escolas técnicas federais e do Decreto 2.208, promulgado em abril de 1997, que regulamentou o capítulo da educação profissional da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sancionada em 20 de dezembro de 1996.

Completando a abordagem dos níveis do sistema de ensino, Luiz Antônio Cunha analisa o ensino superior desde os antecedentes coloniais com a experiência dos colégios jesuítas a qual, entretanto, ficou de lado quando da criação dos cursos superiores por D. João VI em 1808 inspirados, de certo modo, no modelo napoleônico. Mostra o surgimento, nas primeiras décadas do século XX, de universidades constituídas a partir da junção de cursos isolados e destaca a particularidade da criação da Universidade de São Paulo em 1934, do Instituto Tecnológico da Aeronáutica em 1947 e da Universidade de Brasília em 1961, chegando ao modelo implantado com a reforma universitária de 1968 onde desempenha papel destacado a pós-graduação. Examina, por fim, a reforma dos anos 90 e as perspectivas que se delineiam para o futuro próximo.

Além dos graus que compõem a estrutura dos sistemas de ensino, o livro apresenta estudos que abordam tanto aspectos amplamente reconhecidos pela sua importância no conjunto do processo educativo como temas cuja relevância se manifestou mais recentemente no contexto da renovação da historiografia educacional.

Entre os primeiros se encontram os textos de Marta Maria Chagas de Carvalho, *Reformas da instrução pública* (p. 225-251), Clarice Nunes, *(des)encantos da modernidade pedagógica* (p. 371-398), Marcus Vinicius da Cunha, *A escola contra a família* (p. 447-468), Diana Gonçalves Vidal, *Escola nova e processo educativo* (p. 497-517), Carlos Roberto Jamil Cury, *A educação como desafio na ordem jurídica* (p. 567-584) e Rogério Fernandes, *A instrução pública nas Cortes Gerais Portuguesas* (p. 551-566) tratando, este último, das posições assumidas sobre educação pelos delegados brasileiros presentes nas Cortes Gerais Portuguesas reunidas com o caráter de Congresso Constituinte em 1822.

Entre os segundos estão os trabalhos de Arilda Ines Miranda Ribeiro, *Mulheres educadas na Colônia* (p. 79-94), Eliana Marta Teixeira Lopes, *Conselhos de Bárbara Heliodora* (p. 253-268), Marly Gonçalves Bicalho Ritzkat, *Preceptoras alemãs no Brasil* (p. 269-290), Constância Lima Duarte, *A ficção didática de Nísia Floresta* (p. 291-324), Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, *Negros e educação no Brasil* (p. 325-346), Lúcio Kreutz, *A educação de imigrantes no Brasil* (p. 347-370), Cynthia Greive Veiga, *Educação estética para o povo* (p. 399-422), Guacira Lopes Louro, *O cinema como pedagogia* (p. 423-446) e José Gonçalves Gondra, *Medicina, higiene e educação escolar* (p. 519-550).

Em seu texto Marta Carvalho, partindo da reforma paulista liderada por Caetano de Campos na última década do século XIX e tomando como marco a reforma Sampaio Dória realizada em 1920 no Estado de São Paulo, aborda as reformas dos Estados do Ceará (Lourenço Filho), de Pernambuco (Carneiro Leão), de Minas Gerais (Francisco Campos), da Bahia (Anísio Teixeira) e do Distrito Federal (Fernando Azevedo) esclarecendo o sentido da modernização que unia essas diversas reformas e ressaltando, ao mesmo tempo, as particularidades que as distinguiam entre si.

Clarice Nunes, tomando como referência a cidade do Rio de Janeiro, aborda os (des)encantos da modernidade pedagógica analisando o modo como a escola foi pensada e reconstruída, especialmente em termos do espaço arquitetônico, nas primeiras décadas do século XX, enquanto elemento de modernidade que se realizou parcialmente, seja por se limitar a uma parte da população, seja porque manteve elementos de resistência à modernidade.

Marcus Vinicius Cunha examina o modo como a escola, investida da visão científica, desautoriza a família como agência educativa desde a sua origem, em Comenius, passando pelo cientificismo higienista e concentrando-se no cientificismo renovador. Considera, porém, que esse discurso renovador, se num primeiro momento correspondente às décadas de 1930 e 40, no afã de construir uma pedagogia científica exaltava as potencialidades da escola, num segundo momento a partir do final da década de 1950, servindo-se da Sociologia e da Antropologia, coloca-se também contra a escola denunciando a mentalidade de classe média dos professores a qual resultava em discriminação contra os pobres.

O texto de Diana Gonçalves Vidal, analisando a relação entre Escola Nova e processo educativo, mostra como se passou do «ensino tradicional» do final do século XIX e início do século XX para o ensino renovado nas décadas de 20 e 30 abordando os temas da escrita, leitura e ciências naturais: da caligrafia vertical à caligrafia muscular; da leitura oral à leitura silenciosa; e do método intuitivo (as «lições de coisas») ao método de projetos (os «centros de interesse»).

Esclarecendo preliminarmente o sentido do termo *direito*, o texto de Carlos Roberto Jamil Cury aborda o direito à educação no Brasil situando a sua evolução nas Constituições e na legislação infra-constitucional, em especial nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, examinando os temas mais candentes como a obrigatoriedade, gratuidade, vinculação de recursos financeiros, laicidade e ensino religioso, liberdade de ensino e ensino privado, concluindo com o desafio que a educação põe para a ordem jurídica em termos da realização daquilo que é proclamado na legislação.

Fechando o bloco dos textos que tratam de temas, por assim dizer clássicos, nos estudos de educação, Rogério Fernandes analisa as manifestações de delegados brasileiros referentes à instrução pública nas Cortes Gerais Portuguesas reunidas no início da década de 1820 e das quais resultou a Constituição assinada em 23 de setembro de 1822. Reivindicou-se a organização de instrução pública no Brasil (proposta dos delegados de São Paulo) e a criação de escolas e a melhoria dos salários dos professores na Paraíba, Piauí, Maranhão e Pará. Tais reivindicações, porém, perderam eficácia pois antes mesmo que fosse assinada a nova Constituição portuguesa o Brasil se tornou politicamente independente de Portugal em 7 de setembro de 1822.

O conjunto dos textos que tratam de temas emergentes na historiografia da educação começa pelo trabalho de Arilda Inês Miranda Ribeiro, *Mulheres educadas na Colônia*, que destaca a ausência de educação feminina no período colonial que, no caso brasileiro, se estende desde a descoberta, em 1500, até a proclamação da independência, em 1822. Lembra o apelo dos índios ao padre Manoel da Nóbrega no início da colonização no século XVI, para que fosse ministrada instrução também às meninas, apelo esse acolhido pelo padre mas negado pela rainha Catarina. Registra a situação das mulheres apontando aquelas poucas que se projetaram e conseguiram ter acesso à instrução.

Em *Conselhos de Bárbara Heliodora*, Eliane Marta T. Lopes aborda os ensinamentos ministrados por Bárbara Heliodora a seus filhos na forma de poesia abrangendo um grupo de 12 conselhos correspondentes às 12 estrofes do poema escrito em fins do século XVIII em Minas Gerais. O texto comenta o conteúdo dos *conselhos* após uma *breve história* em que apresenta alguns elementos biográficos que permitem ao leitor uma melhor compreensão do estilo de vida de sua autora.

Tomando como referência o depoimento de Ina von Binzer, Marly G. B. Ritzkat situa o trabalho das preceptoras, em especial as alemãs, no final do século XIX no Brasil quando a preceptoria era ainda a forma principal de se prover a instrução primária dos filhos das famílias abastadas. Através de anúncios publicados na imprensa alemã e brasileira o texto ilustra como se dava a procura por preceptoras.

Constância Lima Duarte expõe a ficção didática de Nísia Floresta, criadora do Colégio Augusto do Rio de Janeiro, dedicado à educação feminina. Mostra a visão «feminista» de valorização da mulher ligada, porém, a uma perspectiva moralista decorrente de sua educação religiosa. A análise se baseia nas obras de Nísia Floresta, em especial *Opúsculo humanitário*, *Conselhos à minha filha*, *Fany ou o modelo das donzelas*, *O abismo sob as flores da civilização* e *A mulher*.

Tratando do tema *negros e educação no Brasil*, Luiz Alberto Gonçalves destaca o nível de organização dos negros como contraponto à idéia de abandono a que eles teriam sido relegados após a abolição da escravatura, o que teria inviabilizado a luta em defesa de suas reivindicações. Cruzando as fontes que reforçam a idéia de abandono com depoimentos que, se não a negam, a relativizam fortemente, o autor evidencia o nível de organização como elemento explicativo da formação de lideranças através de diversos mecanismos educativos, incluída a instrução escolar.

Lúcio Kreutz estuda a educação de imigrantes no Brasil abordando, em especial, as escolas étnicas alemãs, italianas, polonesas e japonesas explicitando também sua tensão com o processo de nacionalização. Conclui que, embora constatando as medidas compulsórias tomadas pelo governo em fins da década de 1930 e início dos anos 40 no sentido de nacionalizar as escolas étnicas, não se pode explicar o término das referidas escolas unicamente por essas medidas. Em verdade, «as medidas de nacionalização compulsória do ensino apenas precipitaram um processo de transformação já em curso» (p.367), processo esse marcado por pressões internas (a necessidade sentida por pais e alunos do domínio do português e de galgar melhores condições para enfrentar os desafios da atividade profissional) e externas (a quebra do isolamento anterior dos núcleos rurais através de novos e melhores meios de comunicação e de transporte).

Em *Educação estética para o povo* Cynthia Greive Veiga toma como referência o espaço da cidade evidenciando a sua reformulação como elemento estético ligado a uma conformação da sensibilidade do povo para o civismo republicano no qual é fortemente engajada a escola.

No texto de Guacira Lopes Louro o cinema como pedagogia é mostrado especialmente na imagem construída dos jovens exemplificada no filme «juventude transviada» e na pedagogia das sexualidades e dos gêneros, através de «imitação da vida» prevalecendo, de modo geral, os estereótipos da moral branca e ocidental.

Situando a «produção da razão médica» com os seus saberes e objetos, o texto de José Gonçalves Gondra aborda a relação entre o discurso médico e a educação escolar destacando três aspectos: a higienização do espaço escolar, do corpo e das leituras.

O fato de que os temas emergentes constituam o conjunto mais numeroso não é o único indicador do caráter inovador da obra. Com efeito, também os temas de que tradicionalmente se ocupam os estudos de história da educação são tratados, no livro, com novo enfoque, seja questionando explicitamente as versões anteriores, seja abrindo caminho para a compreensão de aspectos não privilegiados naquelas versões.

Como salientam os organizadores na *Apresentação* da coletânea, os artigos deste livro «são retalhos de uma mesma peça que é essa educação que nos pertence e à qual pertencemos. Como toda síntese histórica, a que está sendo proposta por certo apresentará suas lacunas – não obstante sua diversidade e pluralidade» (p.17). De fato, os organizadores não pretenderam – e nem era possível – ser exaustivos numa obra dessa natureza. Assim, uma análise mais exigente e rigorosa certamente encontrará lacunas seja no que diz respeito ao grau em que os vários períodos da história da educação brasileira foram contemplados, seja em relação à abrangência dos temas e enfoques que vêm sendo cultivados pelos pesquisadores da área de história da educação no Brasil. Entretanto, tais *lacunas* não chegam a ser propriamente limitações mas apenas sintoma do tipo de obra que se pretendeu dar a público que, como já indicado, não comporta exaustividade. Constitui, contudo, uma amostra bastante significativa da historiografia da educação brasileira atual.

500 anos de educação no Brasil é, pois, uma publicação de grande relevância pois torna acessível aos professores de história da educação e aos educadores, de modo geral, um conjunto amplo de estudos oriundos de investigações realizadas nas universidades e centros de pesquisa do Brasil. Em tal condição, este livro expressa o significativo desenvolvimento da historiografia atual da educação brasileira ao mesmo tempo que dá ao conhecimento do público alguns dos importantes resultados já obtidos. De posse desses resultados os professores poderão elevar, também, a qualidade do ensino não apenas da história da educação mas das demais disciplinas que, em larga medida, se baseiam no conhecimento histórico para o desenvolvimento de seus conteúdos curriculares.

Para os estudiosos da educação dos demais países, em especial aqueles com os quais a comunidade de história da educação do Brasil mantém intercâmbio, com destaque para os vizinhos da América Latina, esta obra fornece uma idéia bastante abrangente da evolução da educação ao mesmo tempo que apresenta um amplo painel das investigações que vêm se desenvolvendo no âmbito da historiografia da educação brasileira.

DERMEVAL SAVIANI
Campinas (Brasil)

TIANA FERRER, Alejandro

El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas.

Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Serie Proyecto Manes, Madrid, 2000; 469 págs. ISBN 84-362-3934-2

Esta obra, ejecutada bajo el cuidado del Dr. Alejandro Tiana Ferrer, recupera gran parte de los trabajos presentados durante el I Simposio MANES, celebrado en Madrid en junio de 1996. Algunos de ellos guardan sus características iniciales, pero varios otros han sido reformulados en función de la publicación. A decir de Tiana Ferrer «no se trata simplemente de unas actas, sino de una colección de trabajos de investigación histórica sobre los manuales escolares, que supone una contribución indudable, aunque sea modesta, a la configuración de este nuevo camlo de estudio» (pág. 20). La publicación de este libro debe enmarcarse en las diversas actividades realizadas por MANES-UNED: iniciación de proyecto en 1992, vinculación con instituciones con intereses comunes como el proyecto EMMANUELLE (INRP-Francia) y los trabajos del Georg-Eckert-Institut (Alemania), los estudios de doctorado vinculados a Currículo y Manuales Escolares establecidos en la misma universidad.

El texto reconoce cuatro partes perfectamente diferenciadas. En la Presentación, Alejandro Tiana Ferrer rastrea el desarrollo inicial del campo de estudio en España y realiza la presentación de cada uno de los trabajos incluidos en esta publicación.

En la denominada Primera Parte, y titulada «Los Manuales Escolares y la Historia de las Disciplinas» se incluyen 13 trabajos que recorren diversas disciplinas en relación con los manuales o libros de texto: la Historia, la Geografía, la Didáctica, la Lectura y Escritura, el Currículo, las Ciencias Aplicadas, la Urbanidad, los Estudios Agrícolas, la Pedagogía, entre otros, y con abordajes diferenciados en tanto cada uno de ellos priorizan problemas de aprendizaje, o aspectos ideológicos, o cuestiones metodológicas, o la vinculación con la política educativa, por enunciar sólo algunos. En esta tarea colaboran numerosos autores: Reafael Valls Taberner, María Teresa Benedito Sifre, Armando Cervellera Martínez, Xosé Manuel Souto González, María Paz Lebrero Baena, Miguel Lacruz Alcocer, Carlos Sánchez-Redondo Morcillo, Julia Melcón Beltrán, Federico Gómez R. de Castro, Carmen Benso Calvo, Jean-Lois Guereña, Angel J. Lázaro Martínez y Teresa Rabazas Romero.

La Segunda Parte está dedicada a «Regulación, Producción y Difusión de los Manuales Escolares». Consta de 7 trabajos centrando fundamentalmente la problemática en períodos o regiones específicas, incluso con un